

**3º Concurso para Juiz Federal Substituto**

**QUESTÕES DA PRIMEIRA PROVA ESCRITA**

1ª) Quais os casos em que o Código de Processo civil autoriza distribuir a petição inicial não acompanhada do instrumento do mandato? Indique o dispositivo legal que fundamenta sua resposta.

2ª) Quais os recursos que, segundo o Código de Processo Civil, independem de preparo? Indique os dispositivos legais que fundamentam sua resposta.

3ª) Na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz poderá fixar multa por dia de atraso se a sentença foi omissa a respeito? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

4ª) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável em que casos? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

5ª) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, pode o juiz determinar tutela assecuratória no processo de conhecimento? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

6ª) Até que momento processual é permitida a alteração do pedido ou da causa de pedir? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

7ª) Todas as sentenças proferidas contra as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição? Indique os dispositivos legais que justificam a sua resposta.

8ª) Quais os princípios constitucionalmente estabelecidos que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais?

9ª) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, quando as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente? Indique o dispositivo legal que fundamenta a sua resposta.

10ª) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte? Indique a base legal da sua resposta.

11ª) Na vigência da Constituição Federal de 1988, pode a UNIÃO submeter todos os servidores públicos federais ao regime da legislação trabalhista?

12ª) A remuneração de Oficial General pode ser vinculada ou equiparada, mediante lei, à de Ministro do Superior Tribunal de Justiça?

13ª) Além dos anuênios, pode a lei instituir, para os servidores públicos, uma gratificação cumulativa por cada decênio de exercício ininterrupto do mesmo cargo público?

14ª) Existe distinção ontológica entre servidor público efetivo e servidor público estável?

15ª) A Administração Pública pode ser responsabilizada civilmente por não manter número de hospitais públicos suficiente para o atendimento da população?

- 16ª) Que é **ato-condição** e qual a consequência jurídica de sua inexistência ou invalidade?
- 17ª) Que é Regulamento Autônomo e sobre quais matérias pode o mesmo dispor?
- 18ª) Dentro de que prazo deve a Administração Pública exercer o poder-dever de anular os próprios atos quando eivados de ilegalidade?
- 19ª) O VETO está sujeito ao controle jurisdicional?
- 20ª) Dentre os bens do domínio da UNIÃO existe algum que pode ser adquirido mediante alguma espécie de usucapião?
- 21ª) Que inovação trouxe a Constituição Federal de 1988, no campo reservado à lei complementar, em relação às normas gerais de direito tributário?
- 22ª) Qual o princípio, em sua completa e específica formulação, contido no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal de 1988?
- 23ª) Qual o conceito de "constituição dirigente" sustentado por J. J. GOMES CANOTILHO?
- 24ª) Que se entende, segundo ALBERTO NOGUEIRA, por "**devido processo legal tributário**"?
- 25ª) Qual a diferença entre "**poder tributário**" e "**competência tributária**"?
- 26ª) Qual a diferença entre "**taxa**" e "**tarifa**"?
- 27ª) No tocante à sua aplicação, pelo legislador ordinário, relativamente ao princípio da seletividade em função da essencialidade, qual o tratamento previsto na Constituição Federal de 1988 para o IPI e para o ICMS?
- 28ª) Quais as espécies de alíquotas previstas na legislação aduaneira brasileira?
- 29ª) Qual foi o primeiro texto constitucional brasileiro a explicar o princípio da capacidade contributiva?
- 30ª) Qual é o Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza que está em vigor?
- 31ª) Qual o significado do princípio da personalidade na aplicação da lei penal?
- 32ª) Nas normas penais ambientais, é possível a um órgão estadual realizar a complementação do preceito? Justifique.
- 33ª) O que se entende por causa supralegal de exclusão da ilicitude? Exemplifique.
- 34ª) Qual a natureza jurídica do furto famélico?
- 35ª) Cabe apelação do réu, visando à absolvição, de decisão que declara a extinção da punibilidade pela prescrição retroativa? Justifique.
- 36ª) Quando é cabível o aditamento à denúncia por provocação judicial e como deve agir o juiz se o órgão do Ministério Público recusar-se a fazê-lo? Fundamente a resposta.
- 37ª) Distinga os prazos próprios dos impróprios.

38ª) Qual o órgão competente para processar e julgar Deputado Estadual, acusado da prática de crime contra a organização do trabalho, cometida em data anterior à sua posse? Justifique a resposta.

39ª) Qual o efeito processual da sucumbência reflexa? Justifique.

40ª) Réu preso em flagrante, com primariedade e bons antecedentes reconhecidos na sentença condenatória, tem direito a apelar em liberdade? Justifique.

41ª) Pai e mãe são empregados da mesma empresa, com um filho de dez anos e outro de doze anos. Pergunta-se:

a) Quem fará juz ao salário-família?

b) A quantas cotas de salário-família terá direito o beneficiário?

42ª) Menor abandonado, abrigado por segurado da Previdência Social, como filho de criação, pode ser inscrito, nessa condição, como dependente?

43ª) Pode-se dizer objetiva a responsabilidade civil de sociedade de economia mista, por danos causados por seus agentes a terceiros?

44ª) Pode o devedor fiduciário ser preso, por deixar de pagar as prestações a que se obrigou?

45ª) A sentença estrangeira de divórcio de cônjuges brasileiros está sujeita a homologação? Qual o prazo para que esse divórcio seja reconhecido no Brasil?

46ª) Empresa estabelecida no Rio de Janeiro pretendeu registrar, como marca, patronímico que nenhuma relação tinha com o nome civil de qualquer um de seus diretores, sócios ou fundadores, sendo certo que do INPI não constava anterioridade de registro em relação ao referido patronímico. Responda se teve bom sucesso, e por que?

47ª) Eletricitário teve indeferida na instância administrativa sua aposentadoria especial após 25 (vinte e cinco) anos de trabalho, sob fundamento de que não havia completado 50 (cinquenta) anos à data de seu pedido, feito em 22 de janeiro de 1989. Inconformado, recorreu ao Judiciário, que lhe deu razão. Qual seria o fundamento básico dessa decisão?

48ª) É verdadeira ou falsa a afirmação de que o direito ao reajuste de benefícios previdenciários é imprescritível? Por que?

49ª) Turista é assaltado dentro do hotel em que se hospedava e vem a perder todo o dinheiro que possuía, logo em sua primeira viagem ao Rio de Janeiro, e constata que o crime foi praticado por vários homens armados que imobilizaram todos os empregados do hotel, aí incluídos os que prestavam segurança ao estabelecimento hoteleiro. Procurando um advogado, este lhe disse que seu caso é tranqüilo e que em breve obterá o devido ressarcimento dos danos sofridos da parte dos responsáveis que, para ele, seriam os proprietários do hotel. Que artigo do Código Civil usou a juiz para contrariar o otimismo do advogado da vítima?

50ª) Credor de uma dívida de dinheiro pretendeu receber do seu devedor perdas e danos sofridas em consequência do atraso no pagamento, incluindo em seu pedido o lucro que deixou de auferir com o material que compraria com o referido dinheiro. O que lhe impediu de ter acolhida na pretensão?